

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA UNIDADE REQUISITANTE

Unidade Gestora: Secretaria de Mobilidade Urbana - SMU / PJF

1.1 DA LEI DE REGÊNCIA

- Lei Federal Nº 14.133, [de 1º de abril de 2021](#).

2. DO OBJETO

2.1 Aquisição de **tinta viária para sinalização horizontal a base de metilmetacrilato, monocomponente, de acordo com as características mínimas e máximas exigíveis conforme norma técnica CET ET SH 14 e solvente compativelmente indicado**, utilizada para manutenção e pintura de pavimentos asfálticos (sinalização horizontal) e tinta epoxi para superfícies metálicas, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2.2 O bem objeto desta contratação é caracterizado como **comum**, em virtude da possibilidade de estabelecer, por intermédio de especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto, não superiores às necessárias para cumprir as finalidades às quais se destina.

QUADRO I - Itens que compõem o objeto a ser licitado

ITE M	ESPECIF.	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	VALOR PARCIAL
1.1	Tinta na cor AMARELA , para demarcação viária a base de metilmetacrilato, monocomponente de acordo com a CET ET SH 14, em lata de 18lts, conforme Termo de Referência.	BD	750	345,73	R\$ 259.297,50
1.2	Tinta na cor PRETO , para demarcação viária a base de metilmetacrilato, monocomponente de acordo com a CET ET SH 14, em lata de 18lts, conforme Termo de Referência.	BD	100	347,32	R\$ 34.732,00
1.3	Tinta na cor BRANCO , para demarcação viária a base de metilmetacrilato, monocomponente de acordo com a CET ET SH 14, em lata de 18lts, conforme Termo de Referência.	BD	1000	348,65	R\$ 348.650,00
1.4	Tinta na cor VERMELHO , para demarcação viária a base de metilmetacrilato, monocomponente de acordo com a CET ET SH 14, em lata de 18lts, conforme Termo de Referência.	BD	100	379,37	R\$ 37.937,00
1.5	Tinta na cor AZUL , para demarcação viária a base de metilmetacrilato, monocomponente de acordo com a CET ET SH 14, em lata de 18lts, conforme Termo de Referência.	BD	50	363,46	R\$ 18.173,00
1.6	Solvente para tinta demarcação viária a base de metilmetacrilato, em lata de 18lts, conforme Termo de Referência.	LT	700	215,84	R\$ 151.088,00
1.7	Tinta Epóxi Modificado, bicomponente, a base de solvente, "A e B" na proporção de "8 para 1 – tinta/ catalisador", inclui catalizador, em galão 3,6L na cor AMARELA, padrão Munsell 10Y 7,5/14	GL	100	543,33	R\$ 54.333,00

1.8	Tinta Epóxi Modificado, bicomponente, a base de solvente, "A e B" na proporção de "8 para 1 – tinta/ catalisador", inclui catalizador, em galão 3,6L na cor AZUL, padrão Munsell 10Y 7,5/14	GL	100	594,67	R\$ 59.467,00
1.9	Tinta Epóxi Modificado, bicomponente, a base de solvente, "A e B" na proporção de "8 para 1 – tinta/ catalisador", inclui catalizador, em galão 3,6L na cor VERMELHA, padrão Munsell 10Y 7,5/14	GL	100	615,33	R\$ 61.533,00
1.10	Tinta Epóxi Modificado, bicomponente, a base de solvente, "A e B" na proporção de "8 para 1 – tinta/ catalisador", inclui catalizador, em galão 3,6L na cor BRANCO, padrão Munsell 10Y 7,5/14	GL	100	552,67	R\$ 55.267,00
1.11	Tinta Epóxi Modificado, bicomponente, a base de solvente, "A e B" na proporção de "8 para 1 – tinta/ catalisador", inclui catalizador, em galão 3,6L na cor PRETO, padrão Munsell 10Y 7,5/14	GL	200	617,73	R\$ 123.546,00
1.12	Diluyente para tinta "Epóxi modificado bicomponente" em lata de 5L	LT	200	329,66	R\$ 65.932,00

3. DA JUSTIFICATIVA DE NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência: **3 - Da descrição da necessidade da contratação e justificativa**, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.

3.2 Por se tratar de um produto específico para a área de sinalização viária, não será necessária realizar a intenção de registro de preço, pois a SMU será a única CONTRATANTE.

4. DA ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

4.1 As especificações, parâmetros técnicos e normas que definem o objeto estão devidamente detalhadas no **ANEXO II - Especificações técnicas tinta demarcação viária e solvente**, deste instrumento.

5. DA MODALIDADE

5.1 A licitação será por pregão eletrônico, pois permite uma maior concorrência visando a elaboração de sistema de registro de preço - SRP. O critério de julgamento será menor valor por preço GLOBAL, com base na prerrogativa contextualizada no item 10 do Estudo Técnico Preliminar, objetivando permitir uma ampla concorrência a licitação e garantindo também a eficiência da aquisição em relação a utilização do objeto.

6. DA ESTIMATIVA DE PREÇO E DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA

6.1 Quantitativos e valores relativos à pretensa aquisição do objeto deste Termo de Referência foram previamente levantados através de orçamentos e detalhados na Pesquisa de Mercado.

6.2 O valor da presente contratação, está estimado em **R\$ 1.269.955,50** (um milhão, duzentos e sessenta e nove mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos).

6.3 Para fazer face às despesas resultantes da contratação, o MUNICÍPIO utilizará os recursos vinculados a: MULTAS DE TRÂNSITO

Número da Ação: 1.26.782.0014.2197.0000

Número da Despesa: 3.3.90.30

Número da Fonte: 1.7.52.000000

7. DAS CONDIÇÕES DOS PRODUTOS E PRAZOS DE FORNECIMENTO

7.1 Os materiais adquiridos deverão ser entregues na Supervisão de Controle de Implantação de Sinalização, localizado na Rua São Mateus, 1357 - Bairro São Mateus.

7.2 Prazo de 12 meses como ata de registro de preço, prorrogável de acordo com o art. 107, da Lei nº14.133.

7.3 O responsável competente para autorizar, conferir e fiscalizar os materiais contratados é o "Supervisor de Controle de Implantação de Sinalização", mediante anuência e ratificação do responsável pelo almoxarifado salvo quando se tratar de materiais solicitados por outras supervisões.

7.4 É imprescindível os materiais entregues acompanhem "Certificados de Análise do Produto", devidamente assinados por profissional habilitado no CRQ, apresentando selos de qualidade na embalagem para a garantia do produto.

7.5 A exclusivo critério do CONTRATANTE, a cada entrega, poderá ser solicitado, a qualquer momento, ensaios em laboratório indicado por este, com despesas e custos a serem pagos pela CONTRATADA, desde que sejam comprovados indícios de irregularidades;

7.6 Os materiais deverão ser entregues em embalagens individuais, vedada, com identificação do lote, cor e prazo de validade de no mínimo 10 meses na data da entrega.

7.7 Os materiais deverão ser inspecionados no ato da entrega, sendo rejeitados aqueles que não estiverem de acordo com este TR.

7.8 Cabe ao responsável aceitar total ou parcialmente o fornecimento, em vista dos resultados de inspeção visual e independente de ensaios.

7.9 Deverão ser obrigatoriamente rejeitados os lotes que não atenderem a **TABELA 1** e **TABELA 2** do item 1.3 do **ANEXO II**, deste instrumento.

7.10 Não serão aceitos materiais não adequados para o uso como: embalagens abertas, amassadas, prazo de validade curto, com pontos de ferrugem e etc...

7.11 A CONTRATANTE reserva-se o direito de não receber os materiais em desacordo com o previsto no Termo de Referência.

7.12 Os materiais deverão ser entregues, pela CONTRATADA, durante período de 30 (trinta) dias a partir da data de recebimento da Nota de Empenho.

8. DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

8.1 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.1.3 Microempreendedor Individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCME I, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.1.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.1.5 Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

8.1.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

8.1.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9. DA HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora Geral da Fazenda Nacional.

9.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.4 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

9.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.6 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.7 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.8 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

a) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

10. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

10.1 A proponente deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado, em papel timbrado comprovando a entrega de produtos / objetos desta licitação em no mínimo 20%.

10.2 Os serviços e quantitativos mínimos a serem comprovados estão especificados nas tabelas a seguir:

TABELA I - Quantidades mínimas (Atestado de Capacidade Técnica)

ITEM	ESPECIF.	UNID.
1	Tinta para demarcação viária a base de metilmetacrilato, monocomponente de acordo com a CET ET SH 14, em lata de 18lts	540

10.3 Apresentação de Relatórios Técnicos de Ensaio laboratoriais “Certificados de Análise do Produto”, de cada item especificado neste instrumento (**QUADRO I**), emitido por laboratórios homologados pelo INMETRO, com validade não superior a 6 meses.

10.4 Apresentação de laudo referente a METIL não superior a 120 dias, CRQ Conselho Regional de Química, Certificado de licença de Funcionamento da Polícia Federal do licitante e do fabricante, certificado do IBAMA, IAP.

10.5 Deverá ser composta por resina METIL, solvente aromático, com cargas minerais, pigmentos e aditivos, devendo atender as especificações da NBR METIL, sendo indispensável a entrega de todo o material selado por laboratório associado à ABIPTI e, portanto, devido laudo técnico de conformidade com referida norma.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Respeitar todas as condições impostas pela legislação para a comercialização do(s) produto(s), além das exigências e padrões definidos no Termo de Referência.

11.2 Entregar de forma sistemática e periódica, pelo preço registrado, os produtos objeto deste instrumento, segundo as necessidades e requisições da Unidade Requisitante.

11.3 Entregar o produto especificado na autorização de compras/NE, de acordo com as necessidades e o interesse da Unidade Requisitante, obedecendo rigorosamente os prazos e as condições estabelecidas neste instrumento.

11.4 Responsabilizar-se integralmente pela entrega, nos termos da legislação vigente, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável. Fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Unidade Requisitante.

11.5 Efetuar a troca do produto considerado inservível ao uso que se destina, bem como atender às solicitações substituição e reposição, no prazo máximo de **48h (quarenta e oito horas)**, contadas a partir do recebimento da comunicação expedida pela Unidade Requisitante.

11.6 Reparar, corrigir, remover e/ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os materiais nos quais forem detectados defeitos, vícios ou incorreções resultantes da execução das tarefas a que se destinam, ou que não se adequem às especificações do Termo de Referência.

11.7 Entregar o produto no prazo estabelecido, informando em tempo hábil qualquer motivo que impeça ou impossibilite cumprir com o assumido.

11.8 A falta do material cujo fornecimento incumbe à CONTRATADA, não poderá ser alegada como motivo de força maior para atraso ou inexecução da obrigação e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo descumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

11.9 Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do produto, reservando a Unidade Requisitante o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

11.10 Comunicar imediatamente à Unidade Requisitante, quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização que se façam necessárias.

11.11 Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da entrega do produto, seja por vício de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados.

11.12 Observar o prazo mínimo de validade dos produtos fornecidos.

11.13 Responder direta e exclusivamente pela execução da Ata de Registro de Preços, não podendo, em nenhuma hipótese, transferir a responsabilidade pelo fornecimento do produto a terceiros, sem o expresse consentimento da Unidade Requisitante.

11.14 Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, securitários, além de outros que possam surgir e que advenham da execução do objeto, de forma a eximir a Unidade Requisitante de quaisquer ônus e responsabilidades.

11.15 Responder por quaisquer danos ou prejuízos que venham, direta ou indiretamente, por sua culpa ou dolo, serem causados a Unidade Requisitante ou a terceiros durante a execução da Ata de Registro de Preços, inclusive por atos praticados por seus funcionários, ficando, assim, afastada qualquer responsabilidade da Unidade Requisitante, podendo este, para o fim de garantir eventuais ressarcimentos, adotar as seguintes providências:

- dedução de créditos da Licitante Vencedora;
- medida judicial apropriada, a critério da Unidade Requisitante.

11.16 Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.17 Manter um representante para contatos e esclarecimentos.

11.18 Entregar os produtos novos, em perfeita condição de conservação e com qualidade aceitável para o uso devido, sob pena de responsabilização do fornecedor pelos prejuízos dessa natureza causados à Administração Pública.

11.19 Assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização do objeto da contratação pela Unidade Requisitante, durante a entrega.

11.20 Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos durante toda a sua execução, a pedido da Unidade Requisitante.

11.21 Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, bem como as cláusulas deste instrumento, preservando o Município de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade do fornecedor.

11.22 Estabelecer normas de segurança e tomar as providências que visem a total segurança dos funcionários para descarga dos materiais.

11.23 Após a execução dos serviços de descarga nos locais apontados pela U.G., a CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela limpeza de tais locais, cabendo a mesma dar destino aos entulhos, detritos e terras provenientes de tal ação.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 Assegurar livre acesso ao pessoal da CONTRATADA ao local de entrega dos objetos, desde que dentro do horário de expediente a ser determinado para o recebimento, e, desde que referidos representantes estejam devidamente identificados

12.2 Requisitar, por meio do setor designado, responsável pela fiscalização, o fornecimento dos produtos conforme as necessidades da Unidade Requisitante, o que deverá ocorrer por meio da respectiva requisição, que atestará o recebimento gradual do produto.

12.3 Efetuar o recebimento provisório, bem como o recebimento definitivo do objeto.

12.4 Atestar nas Notas Fiscais/Faturas de cumprimento do objeto desta licitação.

12.5 Conferir o fornecimento dos produtos, embora a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento nas condições especificadas.

12.6 Rejeitar, no todo ou em parte, o material entregue em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pelo Fornecedor.

12.7 Proporcionar à CONTRATADA as condições para o fornecimento do produto dentro das normas estabelecidas no **ANEXO II**, deste instrumento.

12.8 Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade na entrega do produto e interromper imediatamente o recebimento, se for o caso.

12.9 Solicitar a substituição do produto que não apresentar condições de uso, o que ocorrerá mediante comunicação a ser feita pelo setor de compras/responsável da fiscalização.

12.10 Devolver os objetos que não apresentarem condições de serem utilizados.

12.11 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando-lhe as facilidades necessárias para o regular cumprimento de suas obrigações, dentro das normas e condições deste Edital.

12.12 Impedir que terceiros forneçam o objeto do deste instrumento.

12.13 Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.

12.14 Efetuar o pagamento à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente discriminada e acompanhada do correspondente atestado de fiscalização, emitido pela Diretoria Administrativa, por meio do fiscalizador designado.

12.15 Remeter advertências à CONTRATADA quando ao fornecimento não estiver sendo cumprido de forma satisfatória.

12.16 Aplicar penalidades à CONTRATADA, quando for o caso, notificando, por escrito, da aplicação de qualquer sanção.

13. DO PAGAMENTO E REAJUSTE

13.1 Os pagamentos deverão ser efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do **art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64**, observado o disposto no **art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

13.2 As regras sobre pagamento constam no Termo de Referência, que segue anexo e faz parte deste Edital.

13.3 A licitante vencedora deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do FGTS e INSS de todos os empregados atuantes na aquisição, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista.

13.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Licitante Vencedora não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Unidade Requisitante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)$$

$$365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso.

13.5 Para a hipótese definida no item anterior, a Licitante Vencedora fica obrigada a emitir fatura suplementar, identificando de forma clara que se trata de valor pertinente à atualização financeira originária de pagamento de fatura em atraso por inadimplemento da Unidade Requisitante.

13.6 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

1. 13.7 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.8 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.9 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

13.10 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

13.11 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

13.12 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.13 O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no **art. 155** da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- dar causa à inexecução parcial do contrato;
- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- dar causa à inexecução total do contrato;
- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo

justificado;

- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

14.3 Advertência pela falta do subitem "a", quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.4 Multa de 1% (um por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações das letras "a" a "l";

14.5 Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos das letras "b" a "g" deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos das letras "h" a "l", bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

14.7 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE.

14.8 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

14.9 Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.10 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do **art. 158** da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.11 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- as peculiaridades do caso concreto;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.12 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na **Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013**, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

14.13 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste

Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do **art. 163** da Lei nº 14.133, de 2021.

Juiz de Fora, 06 de Janeiro de 2026